

POVOAMENTO E VIAS DE COMUNICAÇÃO AO LONGO DA HISTÓRIA

VOLUME 1

António Pereira Dinis
Carlos Balsa
Daniel Ribeiro
Elisa Preto Gomes
Lino Tavares Dias
Pedro Soutinho
Vítor Nogueira

POVOAMENTO E VIAS DE COMUNICAÇÃO AO LONGO DA HISTÓRIA

VOLUME 1



BIBLIOTECA MUNICIPAL de VILA REAL
SECÇÃO de HISTÓRIA e PATRIMÓNIO

Povoamento e vias de comunicação ao longo da História, num primeiro volume a que se deseja dar sequência, reúne os textos correspondentes às comunicações apresentadas no Colóquio Viário do Marão, que decorreu em 17 de Outubro de 2020, organizado pela Junta de Freguesia da Campeã e pelo Instituto Politécnico de Bragança, com o apoio da Biblioteca Municipal de Vila Real.

Capa: Calçada do Arco, Campeã, Vila Real

ÍNDICE

Breve reflexão sobre a travessia da Serra do Marão no período romano Lino Tavares Dias	9
A Serra do Marão na rede viária romana Pedro Soutinho	19
Arco Memorial da Campeã: Um importante monumento para a preservação da memória coletiva da região do Marão Carlos Balsa	45
A região Marão-Alvão: Um tesouro geológico, atravessado por caminhos romanos Elisa Preto Gomes	81
A travessia do Rio Corgo na Idade Média Vítor Nogueira	93
Amarante no contexto da via do Marão na Época Romana Daniel Ribeiro	113
A via do Marão e o acesso às Terras de Basto António Pereira Dinis	131

ARCO MEMORIAL DA CAMPEÃ — UM IMPORTANTE MONUMENTO PARA A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA DA REGIÃO DO MARÃO

Carlos Balsa

Instituto Politécnico de Bragança

1. Introdução

Há cerca de 900 anos D. Afonso Henriques atribuiu carta de couto à Albergaria do Marão a favor da Diocese de Braga. Com esta carta criaram-se as condições para a ocupação e exploração agrícola dos solos pertencentes ao couto da Albergaria do Marão, em torno da qual se fixou e desenvolveu a freguesia da Campeã.

A freguesia da Campeã ocupa o extremo ocidental do concelho de Vila Real. Os seus limites, em boa parte coincidentes com a linha de cumeada da Serra do Marão, confinam a oeste com os concelhos de Amarante e de Mondim de Basto, a sul com o concelho de Santa Marta de Penaguião e a este com o concelho de Vila Real (do qual faz parte), nomeadamente com as antigas freguesias de Vila Cova (norte) e de Quintã (este) e a freguesia de Torgueda (sudeste). Integra grande parte das bacias hidrográficas dos rios Sordo e Aguilhão, afluentes do Corgo, que lhe conferem duas áreas geográficas com características físicas distintas. A primeira, de planície, com solos profundos e águas abundantes responsáveis por uma forte aptidão agrícola, sobretudo de regadio. A outra, mais quente e de relevo muito acentuado, tradicionalmente marcada pela agricultura, sobretudo de sequeiro, em socalcos. Maria Manuel Fernandes Costa, no seu excelente estudo geográfico, designou a área correspondente à bacia hidrográfica superior do rio Sordo por Veiga da Campeã (Costa, 1959). Utiliza-se neste trabalho a mesma designação, sendo a superfície correspondente à bacia hidrográfica superior do rio Aguilhão designada por área de montanha.

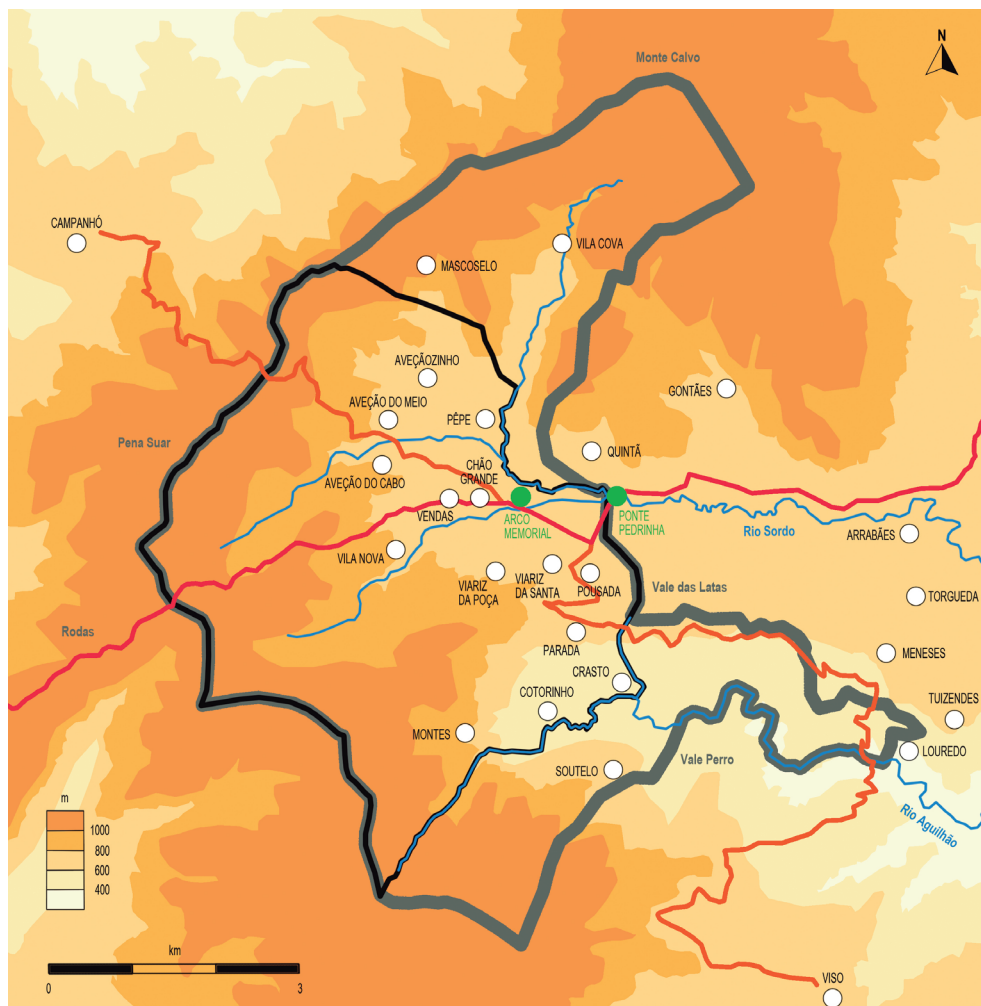
Atualmente a maioria das povoações da freguesia – Aveção do Cabo, Aveção do Meio, Aveçãozinho, Chão-Grande, Pêpe, Pousada, Viariz da Poça, Viariz da Santa e Vila Nova – situam-se nos sopés das encostas que ladeiam a veiga, onde estão também a sede da Junta de Freguesia e a Igreja Paroquial. Na área de montanha, muito despovoada, subsiste um pequeno número de

povoações – Cotorinho, Crasto, Montes e Parada – localizadas nas encostas e contrafortes que ladeiam o vale superior do rio Aguilhão.

Hoje em dia, a Campeã é muito identificada com a área da veiga. Contudo, uma leitura atenta dos documentos mais antigos mostra-nos que nem sempre assim foi e que as origens da freguesia podem estar na área de montanha. A localização do centro demográfico da comunidade aparenta ter-se deslocado ao longo do tempo. Uma das razões que poderão ter estado na origem desta alteração é a necessidade de se afastar ou de se aproximar do importante eixo de circulação natural que atravessa a Veiga da Campeã. Sobre este itinerário existiu uma importante via medieval, muito possivelmente de origem romana (Balsa, 2018). Nos períodos históricos de maior instabilidade administrativa, como sucedeu com as invasões de povos germânicos no final do Império Romano ou de povos muçulmanos, após a desagregação do domínio visigodo, esta via podia representar um elemento perigoso para as populações locais que permaneceram afastadas dela, na área de montanha. Com o esvaecimento dos perigos de razias e pilhagens, a via tornou-se num polo aglutinador em torno do qual se terá desenvolvido a freguesia da Campeã.

A continuidade da utilização desta via ao longo do tempo é atestada por um importante troço lajeado, junto do qual se encontra um cruzeiro do século XVIII e um Arco Memorial. Este pequeno monumento medieval, edificado de acordo com os preceitos da arte românica, é o único conhecido da sua tipologia que subsistiu até aos nossos dias na região transmontana, sendo conhecidos apenas outros seis exemplares em todo o país. Neste trabalho, faz-se uma descrição contextualizada deste importante conjunto patrimonial da freguesia da Campeã e do concelho de Vila Real que urge preservar e valorizar.

Apresentam-se igualmente algumas considerações sobre as origens da freguesia da Campeã, que resultam de uma leitura pessoal das fontes documentais feita à luz dos conhecimentos atuais sobre o passado desta região, cuja história continua muito pouco conhecida por falta de trabalhos de investigação histórica e arqueológica de carácter sistemático.



LEGENDA








 Limites do Couto da Albergaria do Marão	 Lugares
 Limites atuais da Freguesia da Campeã	 Património edificado
 Cursos de água	
 Via do Marão	
 Caminhos medievais	

Figura 1 – Região oriental da Serra do Marão. Muito marcada pela veiga planáltica da Campeã, que se estende de este para oeste ao longo de mais de 5 km, criando um corredor natural de circulação que facilita a transposição da serra. Em consequência, instalou-se aqui, desde tempos muito remotos, uma importante via (aqui apelidada como Via do Marão) que fazia a ligação do interior transmontano ao litoral, para a qual convergiam caminhos provenientes das regiões vizinhas.

2. Origens da Freguesia da Campeã

A referência documental mais antiga à Campeã data de 1091 e consiste na doação de um casal situado na terra de Panóias no local chamado *Todesindes* localizado “*subtus mons Campelana*” (PMH DC, vol. I, p. 455, doc. 764). Tal como foi evidenciado por Carlos Alberto Ferreira de Almeida (Almeida, 1978) e investigado por Mário Barroca (Barroca, 1991 e 2004), a fórmula documental “*subtus mons*” indica uma unidade territorial do período da Reconquista, organizada em torno de um lugar, possivelmente fortificado, situado num promontório. Estas unidades administrativas, de escala local, surgiram sobretudo a partir do século IX e, principalmente, no Entre Douro e Minho, na proximidade das grandes vias de tradição romana (Almeida, 1973: 44). Consequência da reorganização territorial levada a cabo pelos condes asturianos, aquando da inclusão do vale médio e terminal do Douro sob a influência do reino de Oviedo (Lima e Teixeira, 2010: 141).

A primeira fase da chamada Reconquista do curso médio e terminal do Douro ter-se-á desenvolvido ao longo dos grandes eixos de circulação terrestres, com orientação Norte-Sul (Lima, 2013). Um desses itinerários, condicionado pela falha tectónica Verin-Chaves-Vila Real-Régua-Penacova, atravessa a região oriental da Serra do Marão e constituiu um importante corredor de circulação ligado à travessia do Douro e articulado com caminhos transversais (Lima e Teixeira, 2010: 139). O movimento de presúrias ao longo deste eixo ter-se-á iniciado em 872, com a presúria de Chaves pelo conde Odoário, seguida pelas presúrias de Lamego e Viseu antes do final do reinado de Afonso III, em 910 (Lima, 2013: 191-192).

A ocupação do território foi acompanhada de uma importante reorganização político-militar do espaço conquistado, fortemente apoiada nas *civitates*, unidades administrativas à frente das quais se encontravam condes ou delegados régios, na dependência direta de Afonso III (Lima e Teixeira, 2010: 139). As *civitates* eram importantes estruturas militares, situadas em pontos estratégicos ao longo das vias de comunicação terrestres ou fluviais, que asseguravam a defesa dos vastos territórios que capitaneavam. A norte do curso médio do Douro ter-se-ão estabelecido as *civitates Flavias* (Chaves) e *Aliovirio* ou *Aliobriga* (Cidadelhe, Mesão Frio) (Lima, 2013: 192). A *civitas* de *Aliovirio* teria assim a função de conter as investidas muçulmanas em direção ao Norte, através do controle do importante eixo de circulação Chaves-Lamego, contribuindo também para a consolidação do

povoamento e para o trânsito de pessoas e bens ao longo do seu território.

A nova organização do território, implementada pelos condes asturianos, integrou os *mons*, colocando-os sob a sua autoridade, estabelecendo-se assim uma hierárquica territorial entre as *civitates* e os *mons*, que ficaram na sua dependência (Lima e Teixeira, 2010: 141). O funcionamento destas delimitações locais é hoje desconhecido, tal como as suas ligações hierárquicas com o novo poder instituído e mesmo a sua origem exacta. Contudo, nos casos em que não tenha havido presúria do domínio afeto ao *mons*, será legítimo supor que a organização interna das comunidades residentes nesses domínios não sofresse grandes alterações, com exceção da obrigação de pagamento de impostos ao novo poder instituído, sendo a intermediação feita pelas elites locais.

Os *mons* “seriam obra das populações locais que neles se abrigavam nas momentâneas horas de perigo e para cujo arranjo e melhoramento teriam de contribuir. Abrigando muitas vilas, de diversos possuidores, tudo sugere o seu aspeto comunitário e a sua tendência para o concelhio” (Almeida, 1978: 46). Muitos destes montes defensivos tiveram origem em castros pré-romanos, reocupados devido à abundância de pedra e à existência de muros, ainda erguidos, e de fossos que facilitavam as obras de defesa (Almeida, 1978: 52).

Seguindo a interpretação de Carlos A. F. Almeida, conclui-se que o *mons Campelana* foi originalmente um lugar fortificado, possivelmente um povoado amuralhado assente num antigo castro, para onde se refugiavam as populações da região envolvente com os seus gados, aquando das incursões mouriscas ao longo da via que atravessava esta região da Serra do Marão.

A localização exacta do *mons Campelana* é incerta, contudo deverá situar-se na bacia hidrográfica do rio Aguilhão, pois, na bula *Igrejas quondom* concedida pelo papa Pascoal II, em 1115, ao bispo do Porto D. Hugo, na qual se define a linha de fronteira entre as dioceses do Porto e de Braga, é mencionado “*inde ad montem marantis inde ad canpeanam fluvium et per ipsum fluvium sicut defluit in bandugium*” (CCSP, p. 2). Neste documento a Campeã é associada ao rio, atualmente designado por Aguilhão, para o qual conflui a ribeira de Banduge. Como em muitos casos os rios tomaram o nome do território ou da povoação mais importante por onde passavam, é legítimo supor que o *mons Campelana*, ou a povoação da Campeã, se localizava na proximidade do Rio Aguilhão, no seu vale, isto é, na zona de montanha da atual Campeã.



Figura 2 – Rio Aguilhão. Em primeiro plano pode observar-se a Ponte da Arcadela e a praia fluvial de Fornelos, junto à qual foi descoberto, em 1980, um forno cerâmico da época romana. Em 1115 este rio definia os limites entre as dioceses do Porto (lado esquerdo na fotografia) e de Braga (lado direito na fotografia) e era designado como Rio Campeã.

A montante do vale do Rio Aguilhão, muito próximo da extremidade, encontra-se a povoação do Crasto, cujo nome terá muito possivelmente derivado de um castro da Idade do Ferro que aí existiu (Silva A. C., 2007, p. 152) (Parente, 2003, p. 83). Nas proximidades da atual povoação do Crasto situa-se uma elevação designada localmente por Monte do Castelo. É uma elevação alongada de cobertura aplanada, cujo ponto mais alto se aproxima dos 520 m, com vertentes muito inclinadas e rodeadas de linhas de água, com exceção do lado este, por onde se faz o acesso. Dadas as suas características geomorfológicas, propícias à organização da sua defesa, este lugar poderá corresponder ao *mons Campelana*.

A acrescentar aos argumentos a favor da localização do *mons Campelana* no Crasto, pode referir-se que a povoação do Crasto continua a per-

tencer à atual freguesia da Campeã e que existe uma tradição que associa a origem da primeira Igreja da Campeã a este local. Adicionalmente, na sua vizinhança foram encontrados vestígios de *tegula*. Contudo, à falta de novas informações documentais até agora inéditas, só uma intervenção arqueológica poderá ajudar a esclarecer esta hipótese.



Figura 3 – Monte do Castelo junto à povoação do Crasto. Este lugar poderá corresponder ao mons Campelana, um antigo castro da Idade do Ferro, reocupado na época das presúrias asturianas para refúgio das populações e dos seus gados.

Há também a possibilidade de a menção *subtus mons Campelana* ser apenas uma simples forma de localização geográfica, utilizada nos documentos notariais. Efetivamente, nos últimos anos alguns investigadores têm posto em causa a interpretação de Carlos A. F. Almeida, sugerindo que em muitos documentos medievais a expressão *subtus mons* tem apenas uma interpretação geográfica (Marques, 2008: 149 e Mariani, 2020: 620-625). Neste quadro, o *mons Campelana* seria apenas um acidente geográfico mar-

cante nas proximidades de Tuizendes. Esta interpretação é, contudo, pouco provável neste caso, dado que toda a região é marcada geomorfologicamente pelo dorso principal da Serra do Marão. Uma localização geográfica deveria, prioritariamente, indicar esta serra ou um dos seus cumes. Embora a designação medieval de todos os cúmios e contrafortes do Marão não seja conhecida, não há memória nem registo de que um deles tenha tido alguma vez a designação Campeã. Além disso é pouco provável que um rio que nasce próximo do alto do Marão tomasse um nome alternativo a este.

Em 1091, data da redação do documento referente ao *mons campelana*, a linha de fronteira entre as forças cristãs e muçulmanas tinha sido empurrada para além Mondego pelo rei asturo-leonês Fernando Magno, que reconquistou definitivamente Coimbra em 1064 (Barroca, 1991: 101). Em consequência, a organização territorial em torno de lugares fortificados tinha deixado de fazer sentido. As *civitates* são progressivamente desmanteladas e os seus territórios divididos em circunscrições menos extensas designadas por *terras*, na dependência direta dos castelos cabeça de terra (Barroca, 1991: 115 e Lima e Teixeira, 2010: 142-147). Todavia, os laços comunitários perduraram entre as populações que viviam na área geográfica afeta ao mesmo *mons*: continuavam a organizar-se em torno da mesma igreja que as consagrava e protegia espiritualmente (Almeida, 2001: 19). Assim, o território do *mons Campelana* perdura no plano mental e nas tradições comunitária e notarial, continuando a ser mencionado na documentação, nomeadamente aquando de referências a propriedades incluídas nos seus limites.

Os *mons* constituíram povoados fortificados ou rudes fortalezas estreitamente ligados a um número reduzido ou, em muitos casos, a uma única comunidade local (Lima e Teixeira, 2010: 141), cujos laços se mantêm desde uma época anterior às presúrias, possivelmente da época hispano-gótica (Sousa, 2016: 99). O documento 764 dos *Diplomata et Chartae* indica que a unidade territorial subordinada ao *mons Campelana* incluía originalmente a localidade de Tuizendes (*Todezindes*), que atualmente pertence à vizinha freguesia de Torgueda e dista cerca de 4 km, em linha reta, da povoação do Crasto. Esta afinidade sugere a possibilidade de Tuizendes e Campeã terem origem na mesma comunidade.

Leite de Vasconcelos, imbuído das ideias desenvolvidas por Alberto Sampaio durante o século XIX (Sampaio, 1979), considerou que *Campelana* tinha origem no nome latino *Campilio* (Vasconcelos, 1937). Assim *Campe-*

lana derivaria de *Campilana*, isto é, propriedade de *Campilio*. Esta possibilidade remete para a origem numa extensa *villa* romana (propriedade agrária), cujo nome ficou associado a um seu proprietário (ou fundador). Esta hipótese poderá ser, num futuro, avaliada através de uma análise espacial integrada do território, na ótica da Arqueologia da Paisagem, e através de intervenções no terreno. No entanto, por toda a bacia mediterrânica, um dos processos de evolução de antigas *villae* romanas deu lugar a *vicus*, pequenas unidades habitacionais, hoje comparáveis a aldeias, e, mais tarde, unidades de povoamento no período medieval (Arthur, 2004).

No período suevo-visigodo, as igrejas paroquiais eram os templos que tinham batistério, onde eram batizadas as pessoas que, desta maneira, se tornavam “*fili ecclesiae*” (Oliveira, 1950 e Moreira, 1973, p. 49). A expressão “*fili ecclesiae*” originou *freguesia*, que se aplicou à comunidade dos fiéis antes de se aplicar também ao território. A igreja paroquial, filial da igreja catedral da diocese, administrada pelo bispo, abrangia um grande território e desempenhava um papel pastoral semelhante ao da catedral, sendo por isso dotada de batistério e cemitério (Moreira, 1973, p. 47). Na região oriental do Marão são conhecidas apenas duas paróquias desse período: *Panoias* e *Aliovirio*. *Panoias* pertencia à diocese de Braga e *Aliovirio* à do Porto (Fernandes, 1997).

Grande parte das igrejas rurais do período da Reconquista, situadas no atual território português, eram simples oratórios populares fundados (ou refundados) por iniciativa laica de particulares ou das comunidades locais (Moreira, 1973, p. 60). Após a restauração das dioceses de Braga em 1071 e do Porto em 1112, são estas igrejas que dão origem à rede paroquial rural (Amaral, 2007 e Amaral, 2017). O bispo, líder espiritual das comunidades da sua diocese, vai organizar definitivamente por freguesias a vida eclesiástica da diocese. No caso da diocese de Braga, este processo ter-se-á iniciado por iniciativa do bispo D. Pedro, primeiro bispo desta diocese após a sua restauração, que exerceu o seu cargo entre 1071 e 1091 (Costa, 1959).

É comum considerar que desde os tempos de Afonso III das Astúrias tudo o que era conquistado pertencia ao rei. Pese embora muitos templos terem sido doados à nobreza e outros terem sido fundados por iniciativa privada, a coroa continuou a ter o direito de padroado (nomeação do clérigo e administração dos rendimentos) sobre um número considerável de igrejas. No caso das igrejas incluídas na área da diocese de Braga, esse direito foi entregue ao bispo de Braga por D. Afonso Henrique em 1128 (Moreira, 1973, p. 63).

Em 1132 a Igreja da Campeã aparece na posse do bispo D. Pelágio e do cabido bracarense que fazem o seu emprazamento vitalício, juntamente com a albergaria da Campeã, aos clérigos Mendo e Vermudo: “... *nos clericis Menendo et Vermudo plazum facimus vobis domno Pelagio Bracarensi archiepiscopo et clericis atque sucessores vestri pro ipsa ecclesia et albergaria de Campeana que nobis datis de vestra manu ut teneamus et plantemus et edificemus et bene tractemus et nostros corpus ibi sepiliemus...*” (LF, vol. 2, n.º 730, p. 162). Como se pode ler neste documento, os dois clérigos ficaram com a responsabilidade de bem administrar as propriedades, tendo em conta a obrigação de plantar e edificar, assim como de aí sepultarem os seus corpos (ou aí ficarem até morrer).

As albergarias da Idade Média assumiram alguns papéis que pertenciam às *mansiones* e *mutatios* da época romana (Conceição, 2020: 95). Situavam-se sempre na proximidade dos principais caminhos, junto a pontos estratégicos. Propiciavam refúgio seguro contra as invernias e os perigos que a noite potenciava, como as feras e os salteadores. As albergarias foram, juntamente com os hospitais, instituições promovidas pela Igreja destinadas à assistência aos pobres, peregrinos e, de um modo geral, a todos os viajantes (Marques, 2013: 37).

Ao longo da Via do Marão, o caminho que atravessava a Serra do Marão com direção este-oeste, existiram várias albergarias. Uma em Amarante, referenciada em documento de 1192, outra em Cepelos, outra na Campeã (Almeida, 1973: 51) e outra em Vila Real: São Brás, mencionada em 1385 (Sousa e Gonçalves, 1987: 193).

A albergaria da Campeã foi fundada ou adquirida pela diocese bracarense antes de 1132. Esta albergaria devia situar-se junto da Via do Marão, antes do trajeto entre a Veiga da Campeã e Ovelha do Marão, o troço mais acidentado deste caminho e ao longo do qual não havia qualquer povoação (Balsa, 2018: 44). Esta albergaria constituía assim uma importante estrutura logística para o cumprimento do serviço diocesano por parte do prelado e dos clérigos bracarense que tinham necessidade de se deslocar às freguesias transmontanas, em virtude da grande extensão da diocese de Braga (Marques, 2013: 37-38). O interesse da Sé de Braga nesta albergaria poderia também prender-se com a intenção dos seus bispos de fazer de Braga um importante centro de peregrinação que rivalizasse com Santiago de Compostela (Mattoso, 1997: 482). Para o efeito era importante criar uma rede de

albergarias ao longo das principais vias conducentes a Braga que apoiasse e incentivasse a peregrinação.

Em 1134, D. Afonso Henriques criou o couto da albergaria do Marão a favor da Sé de Braga. Como se pode observar na figura 1, era um couto de grande extensão, que incluía a parte superior da bacia hidrográfica do Rio Sor-do – a Veiga da Campeã – e o vale superior do Rio Aguilhão até à Ribeira de Banduge. Uma boa parte da unidade territorial da atual freguesia da Campeã tem origem neste couto, pois muitos dos seus limites atuais coincidem ainda com aqueles que foram definidos na Carta de Couto da Albergaria do Marão: *“Incipit per Montem Caluum et inde per cautum Sancti Micahelis et deinde per ipsum lombum, usque ad Val de Latas et inde per terminum Toesendis et Lauredo et inde ad Bandugiam et deinde per fundum de Val Perro et inde per illam lombam de Pinna Gian quomod vertit aquas ex una et altera parte et inda ad illas rodas et inde ad Penam Soar et inde per cacumina montium usque ad illum locum ubi primitus incoavimos”* (DR, n.º 139, p. 162).

No *Liber Fidei* existe uma outra versão desta Carta de Couto que apresenta pequenas diferenças, nomeadamente na demarcação dos limites do couto: *“(...) incipit per montem calvum et inde per cautum de Danti Michaelis et inde per ipsum lonbum usque ad Val de Latas et inde per terminum Toesendis et Louredo et inde ad Bandunsum et inde quomodo dividit cum Pena Guiam et inde ad illas rodas inde ad Penam Soar et inde per cacumina montium usque ad illum locum ubi primitus inquovimos.”* (LF, n.º 440, vol. II, p. 131). Esta delimitação indica uma extensão ainda maior dos limites do couto, para este até à Ribeira de Banduge.

Com esta carta de couto, a Sé de Braga recebeu todos os direitos que a coroa detinha neste território e, por outro lado, passou a beneficiar nesta região de uma zona tampão às pretensões que a diocese portugalense manifestava em relação à expansão do seu território para norte (Marques, 2002: 27-32). De acordo com José Mattoso, com a Carta de Couto da Albergaria do Marão D. Afonso Henriques tinha por principal objetivo fomentar o povoamento, entregando a proteção das comunidades locais à Sé de Braga (Mattoso, 1997: 76).

Os limites do Couto da Albergaria do Marão poderão coincidir, ou conter, o território que anteriormente estava na dependência do *mons Campeana*, pois num documento da Sé de Braga, datado de 1145, é mencionado *“albergaria de Maraon cum suo couto de Campeana”* (LF, n.º 818, vol. II, p.

246-248). Não se conhece a razão pela qual a carta de couto de março de 1134 designa a albergaria do Marão e não a da Campeã. Contudo, esta designação poderá indicar que a albergaria se situava num lugar afastado da povoação da Campeã onde estaria a Igreja da comunidade. A albergaria estaria localizada na Veiga da Campeã, junto da via que atravessava a Serra do Marão, possivelmente nas proximidades da sua confluência com outra via que atravessava a região oriental do Marão (Balsa, 2018). A sua localização é incerta; contudo, tendo em conta a toponímia e os posicionamentos das povoações de Pousada e de Vendas, uma delas poderá corresponder a esse lugar.

O facto de haver documentos com referências a albergaria da Campeã e a albergaria do Marão tem dado origem a alguns equívocos. Avelino Jesus da Costa considerou duas albergarias distintas e situou a albergaria do Marão no atual concelho de Santa Marta de Penaguião (LF, n.º 440, vol. II, p. 131). Esta localização incorreta foi igualmente feita num trabalho recente de inventariação de albergarias e hospitais medievais no Norte de Portugal (Silva, 2017: 218).

Nas inquirições de D. Afonso II, de 1220, a *Albergaria de Campiaa* aparece na lista das igrejas afetas ao arcebispo bracarense (PMH Inq, vol. 1, fl-II, p. 41) e as pessoas da comunidade, que foram ouvidas pelos inquiridores, reafirmaram o estatuto de couto, dizendo que o rei não possuía aí qualquer propriedade: “*quod rex nullum habet ibi Regalengum*” (Andrade, Fontes, Silva e Barcelos, 2005-2008).

A partir desta data não se encontra nos documentos publicados mais referências à albergaria da Campeã ou do Marão. Como já foi observado em trabalho anterior (Balsa, 2018), a função de apoio ao viajante deixou progressivamente de ser assumida pela igreja para ser assumida pela iniciativa privada leiga através das estalagens e das vendas onde, a troco de dinheiro, o viajante podia pernoitar e alimentar-se (Almeida, 1973: 52).

Nas inquirições de D. Afonso III, de 1258, surge a “*Freguisia de Sancta Maria da Canphã*”, mas apesar da nova formula administrativa centrada na igreja paroquial, dedicada a Santa Maria, a comunidade mantinha a sua independência do poder real, continuando sob a proteção da Sé de Braga em virtude da carta de couto de D. Afonso Henriques: “*Jõ. Perez abade dessa jgreia jurado e pergynthado se El Reij hij a derecho disse que nõ perguntado quaes son ende padrões disse que he de Bragaa e disse que essa jgreia e essa vila e coutada per padrões e•que El Rej dõ Affonso o uelhot as contou aa*

See de Bragaa e disse que a See de Bragaa ha endo carta” (PMH Inq, vol. I, f.VII, p. 1211).

Nas Inquirições de D. Afonso III foram ouvidos moradores de quatro localidades da paróquia: *Aueçancinho* (Aveçãozinho), *Veariz* (Viariz), *Canphãa* (Campeã) e Parada. Com exceção do lugar da Campeã, todos os outros lugares correspondem a povoações atuais. Viariz deu origem às povoações de Viariz da Santa e Viariz da Poça. Estas Inquirições mostram também que, à data da sua realização (1258), havia uma povoação com o nome de Campeã.

Em princípios do século XVI, a freguesia da Campeã aparece com um novo orago, deixando a igreja paroquial de ser dedicada a Santa Maria para ser dedicada a Santo André (Freire, 1909: 251), dedicação que ainda se mantém na atualidade. Esta mudança de orago poderá estar associada à construção de uma nova igreja paroquial, em virtude da mudança do centro demográfico da freguesia para a Vila Nova da Campeã, junto da qual se encontra atualmente.

No Numeramento de 1530, transcrito por A. Braamcamp Freire, pode ler-se: “*A freguesia de São André: Pepe tem 11 moradores; Gudim, que sam as Védas da Câpeã, 9; a becamcinho tem 11; a Beçam do Meo, 5; a Beçam d’Aqê tem 10; Vila Nova da Câpeam tê 8; Veryz d’Aqem tem 8; Veryz d’Alem outros 8; Pousada tem 3*” (Freire, 1909, p. 251). A inventariação feita não parece estar completa, pois não é mencionada nenhuma das povoações situadas na área de montanha da Campeã. Esta omissão denota que os centros político e religioso estavam então na zona da Veiga da Campeã, onde se situa a Vila Nova da Campeã. Observa-se também que o nome original das Vendas da Campeã era “*Gudim*”, que prevalece nos nossos dias no microtopónimo Vale Godinho. O número de moradores mencionado no documento não corresponde ao número total de habitantes, mas sim ao número de famílias residentes. Maria M. Fernandes Costa sugeriu que o número de habitantes deveria ser quatro a cinco vezes maior do que o número de moradores (Costa, 1959: 23). De acordo com esta interpretação, a população total das povoações mencionadas no Numeramento situar-se-ia entre as 292 e as 365 pessoas.

De acordo com Maria Fernanda Maurício, na região de Entre Douro e Tâmega, sobretudo a partir de meados do século XIII, houve um grande movimento de arroteias, quer de bosques, quer pelo cultivo de baldios, sob

pressão do aumento demográfico. Este movimento materializou-se no aparecimento de novos centros de exploração rural muitas vezes designados por “Vila Nova” (Maurício, 1997: 60).

A fundação da povoação de Vila Nova da Campeã poderá ter a sua origem no incremento da população residente na povoação da Campeã e à consequente necessidade de explorar novos solos aráveis. Não podemos descurar que outros fatores poderão ter levado a esta fundação e realocização, como sucede, por exemplo, na bacia do Douro, com Torre de Moncorvo ou Marialva, cujas localizações se alteram no mesmo período. Não se sabe quando nem em que moldes a população se mudou para a Vila Nova. Se foi de forma imediata ou progressiva. Contudo, devido ao facto de ter conseguido atrair para junto de si a Igreja Paroquial, será legítimo concluir que a nova povoação foi economicamente bem-sucedida, proporcionando melhores condições de vida do que a “velha” Campeã, que deixou de ser referida na documentação e caiu no esquecimento. Para além do potencial agrícola do novo centro populacional, o seu sucesso poderá estar também relacionado com a proximidade da Via do Marão que muito terá contribuído para a dinamização da economia local.

O estatuto de couto, por sua vez, manteve-se até data incerta, mas posterior a 1302 em que é referido documentalmente (Parente, 2014: 319). Contudo, a pressão exercida pela nobreza senhorial sobre as propriedades afetas às comunidades locais e à Igreja paroquial reduziu progressivamente os seus haveres. O direito de padroado pela arquidiocese de Braga, tendencialmente concentrado no direito de apresentação do pároco, ter-se-á mantido até 1833, ano a partir do qual o Governo Liberal se apossou do direito de padroado de todas as igrejas. Direito esse que foi extinto pela República, com a Lei da Separação de 20-04-1911 (Moreira, 1973, p. 65). Com a fundação da diocese de Vila Real em 1922 terminou-se a ligação histórica entre a paróquia da Campeã e a arquidiocese de Braga, que perdurou quase todo o segundo milénio da nossa era.

Com o Liberalismo surgiu também, através da reforma administrativa de 18 de julho de 1835, a estrutura civil da Junta de Paróquia, autonomizada da estrutura eclesiástica. Com a Lei n.º 621, de 23 de junho de 1916, a Junta de Paróquia passou a designar-se Junta de Freguesia, fixando-se assim a diferença que perdura atualmente entre a estrutura civil (freguesia) e a estrutura eclesiástica (paróquia) (Aires, 2007: 59).

3. Calçada de Chão-Grande

Tal como foi observado anteriormente, as origens da freguesia da Campeã estão fortemente ligadas à via que atravessava a região da Serra do Marão. Inicialmente aparece associada a uma unidade administrativa centrada no *mons Campelana*, um povoado ou uma estrutura defensiva que servia de refúgio à comunidade local aquando das incursões mouriscas ou asturianas ao longo dessa via. Num segundo momento aparece ligada a uma albergaria que era então, século XII, a principal estrutura de apoio aos viajantes.

Em trabalho anterior identificaram-se alguns dos vestígios de uma importante via medieval que atravessava a Serra do Marão, com orientação genérica este-oeste, para a qual convergiam outras vias provenientes das regiões vizinhas (Balsa, 2018). Um dos maiores vestígios dessa via consiste num importante troço lajeado situado na Veiga da Campeã, perto da povoação de Chão-Grande.

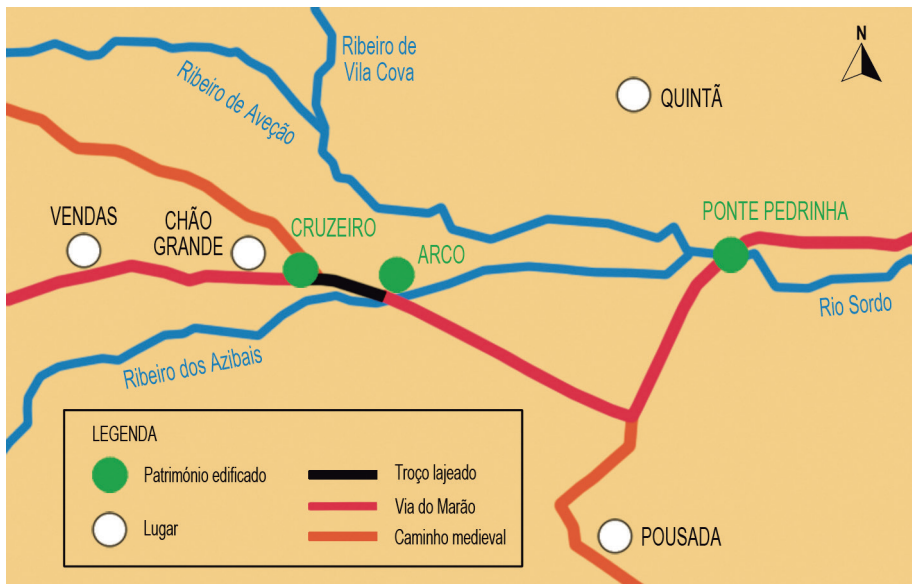


Figura 4 – A Via do Marão foi um importante caminho medieval, com possível origem romana, para o qual convergiam outros cominhos provenientes das regiões de Basto e do Douro. A continuidade desta via ao longo do tempo é atestada por um importante troço lajeado, junto do qual se encontra um cruzeiro do século XVIII e um Arco Memorial medieval.

Esta calçada está entretanto identificada na base de dados patrimonial da Direção Geral de Património e Cultura (DGPC) com o Código Nacional de Sítios 33385. Trata-se de uma calçada de boa execução com uma extensão de cerca de 200 m, situada entre os lugares do Senhor da Boa Hora e do Arco. Está na vizinhança do Ribeiro dos Azibais, que cruza o caminho perto do Arco Memorial. A transposição do ribeiro far-se-ia através de um pontão que já não existe. O lajeado, que é composto por blocos boleados de xisto luzente e granito de excelente aparelho, permitia a travessia dos terrenos pantanosos, que ladeiam o ribeiro, sem riscos de atolamento.

A calçada com largura próxima de 3,2 m contém um eixo central, preenchido por grandes lajes paralelepipedais de granito às quais se justapõem perpendicularmente, a intervalos regulares (cerca de 3,8 m), duas lajes de granito (uma para cada lado do eixo central), sendo o restante da calçada preenchido com blocos de xisto. Esta regularidade vai perdendo-se à medida que se caminha para oeste. É possível observar ao longo de toda a calçada o desgaste de rodagem. A geologia desta região é constituída por rochas metasedimentares, pelo que os blocos de granito foram trazidos de alguma região vizinha. O afloramento granítico mais próximo encontra-se a cerca de 5 km.

Na extremidade oeste da calçada, junto ao lugar do Senhor da Boa Hora, existia uma bifurcação do caminho proveniente de Panóias. A via da esquerda continuava em direção a Amarante e Porto, enquanto a via da direita permitia encurtar as distâncias com a região de Basto e os importantes centros urbanos de Guimarães e Braga. Esta ramificação terá ganho importância sobretudo a partir de 1530, em consequência da construção da ponte sobre o rio Tâmega em Mondim de Basto (Dinis, 2007: 40).

Atualmente, não é possível atribuir uma cronologia à construção desta calçada. Contudo, a presença do Arco Memorial aponta para uma cronologia, no mínimo, medieval. Como a via sobre a qual se insere foi objeto de importantes trabalhos de beneficiação na época filipina (Balsa, 2018), é possível que esta calçada tenha também sido objeto de restauro nesse período.

A origem hispano-romana desta calçada é reforçada pela possibilidade de a Via do Marão estar situada sobre um itinerário desse período. Esta possibilidade tem como principais suportes o alinhamento definido pelos marcos miliários encontrados em Constantim, dedicado ao imperador Trajano (Cortez, 1947), e em Vila Marim (Colmenero, Sierra e Asorey, 2004), anepígrafo, e pela ponte sobre o Tâmega existente nas proximidades de Amarante,

mencionada no documento do século VI conhecido como *Divisio Theodemi-ro* (LF, doc. 552, pp. 350-351).



Figura 5 – Troço lajeado da Via do Marão junto ao Arco Memorial. Devido à ação das águas invernais do Ribeiro dos Azibais, desviado do seu curso natural para o caminho, esta calçada está muito degradada, necessitando de obras urgentes de consolidação e restauro.

Para além da calçada da Campeã, foram identificados ao longo desta via outros troços lajeados que, pese embora a possibilidade de terem sido restaurados em diferentes períodos como, por exemplo, durante a Idade Média ou durante o domínio filipino, são também indícios da importância desta via. Partindo de Vila Real, há registo das seguintes calçadas: Almodena, Mondrões, Lameirões, Campeã e Marancinho, este já na vertente ocidental do Marão, na freguesia de Gondar. As calçadas dos Lameirões (Código Nacional de Sítios 3052) e do Marancinho são consideradas como construções do período romano (Dias, 1997: 323).

Adicionalmente, a via proveniente de Panóias transpunha o Rio Sordo na Ponte Pedrinha (Número IPA Antigo: PTO11714220133), pertencente à

antiga freguesia de Quintã, que embora seja medieval terá sucedido a uma ponte anterior da época Romana.

A existência de uma via romana que transpunha a Serra do Marão, passando pela Campeã, é afirmada por vários investigadores como Fernando Russell Cortez (Cortez, 1947), Carlos Ervedosa (Ervedosa, 1991: 29), Batista Lopes (Lopes, 1998), Lino Tavares Dias (Dias, 1997) e Rodríguez Colmenero (Colmenero, 2004).

4. Arco Memorial

O Arco Memorial da Campeã, ou simplesmente arco, como é conhecido localmente, localiza-se na extremidade sudeste do troço lajeado anteriormente referido ($41^{\circ}17'20.19''N$, $7^{\circ}52'2.11''W$). É construído em granito aparelhado e, aparentemente, não tem qualquer inscrição. Encontra-se apoiado em duas sapatas feitas com blocos paralelepipedais, três dos quais são visíveis, mas é possível que outros estejam subterrados. A altura destes blocos aumenta do topo para a base. O afastamento entre as sapatas é cerca de 1,76 m. O arco, assente sobre as sapatas, tem uma espessura aproximada de 40 cm e uma largura de 1,15 m. O diâmetro interno do arco, medido na base, é de 1,86 cm e a altura ou flecha interna, medida acima das sapatas, é de 1,14 cm. É paralelo à calçada junto da qual se encontra a uma distância de aproximadamente um metro. É provável que, à semelhança de outros arcos memoriais, tenha havido uma caixa sepulcral entre as duas sapatas, entretanto desaparecida.

Este arco é referido na obra de João de Barros, *Geografia de Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes*, publicada em 1549: “digo que na comarca d’Antre Douro e Minho ha outras sepulturas antigas que não são dos Romanos e estão no monte feitos há maneira de moimento, com arco por cima, e estas não tem nenhuma letra, nem me sabem dar certa razão de quem serão, ou porque se fazião ali fora das igrejas; assi como dous mui grandes que estão no valle de Santo Thirço, e outro está em Sousella e outro em Leça e outro na Capeã, iunto da Villa Real, que se parecem com hum que está em Coimbra, no Areal; e o que mais conjeturadamente se pode collegir he que são sepulturas de tiranos grandes, que se levantarão em outro tempo com aquella terra e não davão obdiencia a el rey de Hespanha. Outros dizem que são de homens que morrerão em desafio, e que por serem nobres lhes fizeram aquella memória seus parentes, porque não podiam por direito haver eclesiástica sepultura” (Barros, 2019: 344).

Figura 6 – Vistas de sul (em cima) e de norte (em baixo) do Arco Memorial da Campeã. Pequeno monumento funerário medieval elaborado de acordo com os preceitos da arte românica.

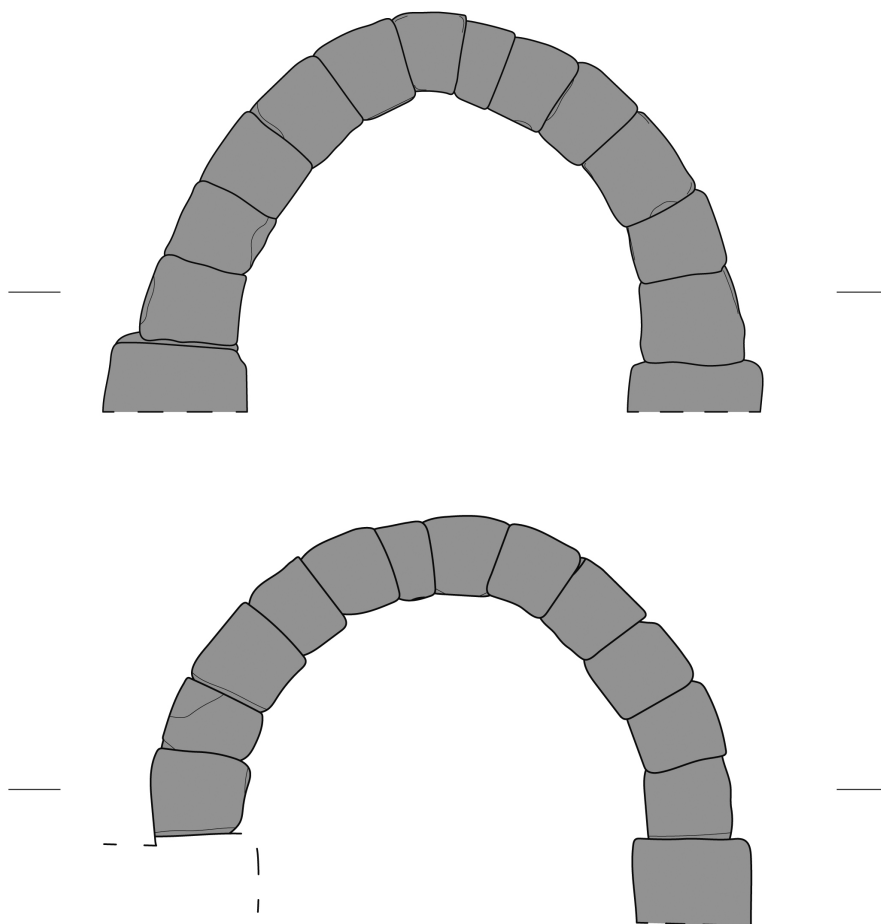


O texto de João de Barros informa-nos que, já no seu tempo (século XVI), não se conhecia a origem destas construções, mas que era tradição associá-las a sepulturas de guerreiros mortos em combate ou em duelo. Por outro lado, menciona outros lugares onde existiam monumentos semelhantes. Dois no vale de Santo Tirso, um em Sousela, um em Leça e outro, semelhante ao da Campeã, em Coimbra no lugar do Areal.

De acordo com a literatura disponível sobre este tema, nenhum destes memoriais existe na atualidade com exceção do arco da Campeã. Contudo, alguns perduram na toponímia local através dos topónimos *arco*, *arquinho*, *memorial*, *marmorial* ou *marmoiral*. Tendo em conta as informações recolhidas por Pedro Vitorino, os dois memoriais de Santo Tirso, mencionados por João de Barros, poderão relacionar-se com os topónimos *Marmoiral* e *Arco dos Moiros* em Burgães, *Arquino* em Argemil ou *Bouça do Marmoiral* em Monte Córdova (Vitorino, 1942).

O arco da Campeã é também mencionado pelo abade da Campeã, nas Memórias Paroquias redigidas em 1758, que o associa à lenda da Princesa Ximena. Este informa que é tradição atribuir a construção deste arco à memória de uma caçada feita pelo rei asturo-leonês Ordonho II. Este pároco e o seu congénere, da freguesia vizinha de Torgueda, relatam que Ordonho II, vindo de Guimarães, começou a perseguir um javali no lugar onde foi construído mais tarde este arco e caçou-o junto à povoação vizinha de Arrabães, onde foi erigido outro arco. Após a caçada, o rei pernitoou em casa do rico lavrador Telo, na povoação de Meneses próxima de Arrabães, onde reencontrou a sua filha Ximena que, anos antes, tinha fugido da corte na companhia de um cavaleiro que a seduzira e, entretanto, abandonara. O rei, feliz por rever a sua filha, perdoou-lhe e abençoou a sua união com o lavrador Telo de Meneses (Capela, Matos e Borralheiro, 2006: 566).

Esta narrativa lendária tem por objetivo fundamentar a origem real da linhagem dos Telo de Meneses, uma das famílias mais importantes do reino de Portugal, detentora de inúmeros títulos nobiliários, entre os quais o de Marqueses de Vila Real. Contudo, esta lenda permite-nos fazer algumas observações. Em primeiro lugar, é mencionada uma personagem com alguma ligação à região. Efetivamente, Ordonho II esteve presente em *Aliobrio*, que corresponderá à atual Cidadelhe, a 28 de setembro de 911, onde presidiu uma reunião com as principais autoridades civis e religiosas galegas (PMH-DC, doc. nº 19). Em segundo lugar, a lenda menciona o trajeto Guimarães-Campeã-Arrabães-Meneses, que está de acordo com uma eventual deslocação de Guimarães até Cidadelhe através da Via do Marão e da sua derivação em direção ao Douro.



Arco Memorial da Campeã
(Chão-Grande, Campeã, Vila Real)



Figura 7 – Desenho à escala do Arco Memorial da Campeã. Em cima vista de norte e em baixo vista de sul.

O arco de Arrabães, mencionado na lenda da princesa Ximena, subsiste atualmente, mas tem características distintas de um memorial. Consiste num arco em granito integrado na estrutura de acesso ao primeiro piso de uma casa datada de 1716, por baixo do qual passa o caminho.



Figura 8 – O Arco de Arrabães está situado próximo do lugar da Torre e está integrado na estrutura de acesso ao primeiro piso de uma casa datada de 1716. De acordo com a lenda da princesa Ximena, contada nas Memórias Paroquiais, foi aqui que o rei Ordonho II caçou o javali que perseguiu desde a Campeã.

Os memoriais, outrora numerosos, foram reduzidos progressivamente a uma escassa representação devido ao reaproveitamento dos materiais para outros fins, mas, muitas vezes também, devido à ignorância e à rapacidade das pessoas em busca de supostos tesouros escondidos debaixo dos seus alicerces (Vitorino, 1942: 19). António Silva evidenciou, através de um levantamento das referências documentais e toponímicas, que existiram em Portugal mais de sessenta memoriais, sobretudo no Norte do país (Silva, 1987: 15).

Apesar da referência de João de Barros ao Arco Memorial da Campeã, este monumento tem permanecido desconhecido dos especialistas e das entidades oficiais que tutelam o património nacional. Efetivamente, tem sido comum considerar que apenas seis memoriais subsistiram até aos nossos dias: Arco de Paradela em Tarouca, Memorial de Alpendorada, Memorial de Sobrado em Castelo de Paiva, Memorial do Burgo ou de Santo António em

Arouca, Memorial da Ermida em Penafiel e o Memorial de Odivelas em Loures (Silva, 1987). Para além destes, há informações precisas, com desenhos, sobre o arco de Lordelo em Baião, que foi destruído no século XIX (Vitorino, 1942: 9).



Sto. António – Arouca (Monumento Nacional)



Ermida – Penafiel (Monumento Nacional)



Odivelas – Loures (Monumento Nacional)



Sobrado – Castelo de Paiva (Mon. Nacional)



Alpendorada – Marco de Canaveses (M. Nacional)



Paradela – Tarouca (Imóvel de Interesse Público)

Figura 9 – Outros memoriais conhecidos em Portugal. Todos eles estão classificados pelas entidades tutelares competentes. Muitos foram desmantelados e reconstruídos e encontram-se fora do seu contexto original (fotografias: cortesia de Repensando a Idade Média¹).

¹ <https://www.facebook.com/RepensandoMedieval/>. Esta plataforma contém um excelente trabalho de síntese sobre os memoriais em Portugal e na Europa.

Desses seis memoriais, cinco estão classificados como Monumento Nacional e um – Arco de Paradela – como Imóvel de Interesse Público. Os memoriais de Sobrado, no concelho de Castelo de Paiva, Ermida, no concelho de Penafiel, e Alpendorada, no concelho de Marco de Canaveses, estão integrados na Rota do Românico (Costa J. L., 2017). O memorial de Sobrado é o único que não apresenta arco, sendo constituído apenas pela caixa tumular.

Dos seis memoriais, o Arco Memorial de Paradela é o que apresenta mais semelhanças com o da Campeã, pois é constituído apenas pelo arco apoiado numa base. No entanto, está num estado bastante mais degradado, tendo sido objeto de obras de reconstrução. Em razão da sua aparente simplicidade e ausência de forma decorativas, tem-lhe sido atribuída uma cronologia que varia entre os séculos XI e XII. Contudo, a sua estrutura original poderia conter uma parede encimada por uma cornija, à semelhança dos memoriais da Ermida e de Alpendorada (Silva, 1987: 10). De acordo com informações recolhidas por Pedro Vitorino, teriam existido originalmente dois ou três arcos, sendo o local conhecido como Arcos de Paradela (Vitorino, 1942: 6).

Os arcos memoriais teriam, originalmente, uma função sepulcral e memorativa. Seriam sepulturas do tipo monumental erigidas em memória de indivíduos com importância social (Silva A. M., 1987, p. 17). Há relatos da existência de sarcófagos ou ossuários integrados nas estruturas de alguns memoriais como os de Alpendurada, Ermida e Lordelo (Silva, 1987: 18-19).

Atualmente, causa alguma estranheza a existência de sepulturas longe de templos e cemitérios. Mas deve-se ter em conta que a tradição romana de sepultar ao longo das grandes vias manteve-se ao longo da Alta Idade Média. De acordo com os elementos recolhidos por António Silva, o enterro nas igrejas foi proibido a partir do Concílio de Braga que decorreu em 561, sendo progressivamente restabelecido a partir de finais do século XII, mas inicialmente apenas para clérigos e elites leigas. A partir do século XIV foi ordenado que todas as sepulturas se fizessem junto às igrejas, com exceção dos homens que morressem em duelo (Silva, 1987: 16-17).

Como já foi referido, João de Barros refere a tradição, certamente difundida no século XVI, de associar os memoriais a sepulturas de cavaleiros mortos em duelo ou em combate. A associação dos memoriais a sepulturas de pessoas ligadas à atividade guerreira parece evidente nos casos dos memoriais de Castelo de Paiva e Alpendurada devido às espadas que aí se en-

contram gravadas. O desaparecido memorial de Lordelo também incluiria um motivo semelhante (Silva, 1987: 18).

De acordo com António Silva, a cronologia dos memoriais conhecidos varia entre os séculos XII e XIV (Silva, 1987). Os mais trabalhados, como os de Odivelas, Santo António e Ermida, serão os mais recentes, enquanto os mais simples serão os mais antigos. Foram construídos de acordo com os preceitos da arte românica, carregada de simbolismo (Pereira, 2011: 259). Assim, a sua interpretação deve ser feita à luz das crenças medievais acerca da morte que, de acordo com José Mattoso, se caracterizavam por uma flutuação entre as conceções antigas baseadas no princípio do estado intermédio da alma na sua viagem até ao mundo dos antepassados e a doutrina do julgamento particular imediatamente depois da morte para decidir para todo o sempre o seu destino eterno (Mattoso, 2013: 216).

Na Baixa Idade Média, após a perda da lembrança dos objetivos que presidiram à edificação dos memoriais, estes terão assumido funções diversas. Nalguns casos terão tido um papel devocional, um pouco à semelhança do que sucederia mais tarde com os cruzeiros e alminhas, constituindo lugares de paragem dos viajantes para oração (Silva, 1987: 20).

A tradição associa o arco de Paradela ao cortejo fúnebre do conde de Barcelos a caminho de S. João de Tarouca, onde foi sepultado em 1354 (Vitorino, 1942: 7). Os memoriais de Ermida, Santa Eulália e Sobrado são associados à homenagem ao cortejo fúnebre da beata D. Mafalda Sanches, falecida a 1 de maio de 1256 (Costa, 2017). O memorial de Odivelas é ligado tradicionalmente a uma etapa do funeral de D. João I ou de D. Dinis (Silva, 1987: 20).

O memorial da Campeã é designado localmente apenas por “arco” ou “arco romano” e não lhe são conhecidas qualquer função religiosa nem qualquer tradição de cortejo fúnebre, ao contrário dos outros memoriais conhecidos (Silva, 1987: 20). Como já foi referido, encontra-se apenas a referência nas Memórias Paroquias, do século XVIII, que o associa à deslocação do Rei Ordonho II, vindo de Guimarães, para fazer uma caçada. Esta importante marca na paisagem, cuja origem se tinha perdido no tempo, foi assim associado à lenda da princesa Ximena, que deveria estar amplamente divulgada nesta região em virtude da sua inclusão nos domínios dos Marqueses de Vila Real até meados do século XVII.

Em alguns casos, os arcos memoriais terão sido também usados para

demarcar o domínio territorial de algumas ordens religiosas. O arco de Paralela terá servido para demarcar o limite do couto de São João de Tarouca e o arco de Odivelas terá tido funções semelhantes (Costa, 2017). Contudo, é pouco provável que o arco da Campeã tenha servido para demarcar o couto da Albergaria do Marão, pois a descrição dos limites, incluída na carta de couto, em nenhum momento se lhe refere.

Todos os autores que estudaram os memoriais são unânimes em considerar que estes monumentos foram construídos junto dos principais itinerários medievais (Costa, 2017). De acordo com o que foi apurado em trabalho anterior (Balsa, 2018), o Arco Memorial da Campeã encontra-se num dos troços da Via do Marão com maior circulação, por se situar entre as confluências desta via com os caminhos provenientes das regiões do Douro e de Basto.

O Arco Memorial da Campeã encontra-se em bom estado de conservação e, contrariamente à maior parte dos memoriais que subsistem na atualidade, não há notícia de ter sido alguma vez desmantelado e reconstruído. Além disso, encontra-se no seu contexto original junto da via medieval que atravessava a Serra do Marão. Tem assim características únicas que fazem dele um exemplar privilegiado para o estudo e compreensão destes monumentos medievais que continuam a levantar muitas interrogações aos historiadores (Costa, 2017). É também o único memorial que se conserva em toda a região transmontana. Trata-se, portanto, de um importante monumento que materializa uma memória coletiva longínqua que urje preservar e valorizar.

5. Cruzeiro do Senhor da Boa Hora

Como já foi mencionado, na extremidade noroeste do troço lajeado, existe uma bifurcação da Via do Marão, proveniente de Vila Real, que dava acesso a Amarante e a Mondim de Basto. Esse lugar, conhecido localmente como Senhor da Boa Hora, contém ainda os pilares sobre os quais se apoiava a cobertura em lousa que abrigava um cruzeiro com o mesmo nome (41°17'23.22"N, 7°52'9.98"W).

Trata-se de um cruzeiro em granito com cerca de 3 m de altura, com data de 1768. É encabeçado por um crucifixo, atualmente em muito mau estado, preso por arame à cruz. Por baixo do crucifixo situam-se dois nichos, um com a Senhora das Dores, com as sete espadas, abaixo da qual se situa

outro com as almas do Purgatório. O nicho da Senhora das Dores contém as inscrições “S de Boa Morte”, por cima, e “N S das Dores”, por baixo. No nicho das almas pode ler-se “Tende Compaixão de Nós” (Parente, 2004). O conjunto assenta sobre um pedestal com quatro lados que contém a inscrição da data.



Figura 10 – Lugar do Sr. da Boa Hora (esquerda) e Cruzeiro do Sr. da Boa Hora (direita). Este cruzeiro situava-se na encruzilhada da Via do Marão em direção a Amarante e Mondim de Basto. Foi retirado do lugar original em 1954 e levado para a vizinha Casa Grande, da povoação de Chão-Grande, onde se encontra atualmente. No local subsistem os pilares em granito de uma cobertura desaparecida, em ardósia, que o abrigava.

Os cruzeiros viários multiplicaram-se sobretudo a partir do fim do século XVI e início do século XVII (Almeida, 1968: 94). São uma consequência do programa de Reforma da Igreja Católica, também conhecido por Contra-Reforma, fruto do Concílio de Trento (1546-1563). Neste concílio foram decretados importantes princípios doutrinários da fé católica. Um dos dogmas imanado foi o da existência do Purgatório como lugar de destino da alma após a morte, para aí purgar através do fogo os pecados cometidos em vida. O tempo de permanência no purgatório era incerto, mas poderia ser encurtado pelas orações dos fiéis. Por outro lado, acreditava-se que depois de sair do purgatório a alma intercedia junto de Deus pelos que tinham orado por ela (Le Goff, 1993).

A importância da oração como meio de salvação da alma encontra-se bem patente na obra do século XVI intitulada *História dos Milagres do Ro-*

sário da Virgem (Rebello, 1617, pp. 232-233). No livro III, no *Dialogo VII – Como se há de cumprir a penitencia dada pellos confessores. Dão se avisos como se hão de aver os penitentes e Confessores*, encontra-se um *exempla* muito elucidativo, que a seguir se resume a partir da tese de doutoramento de Inês Lopes: Um confessor persuade um penitente a cumprir as penitências que este determinou, argumentando que as penitências não cumpridas seriam revertidas em mais tempo de penas no fogo do Purgatório. Para reforçar esta ideia, o clérigo conta a narrativa exemplar da confissão de um ladrão que, face à gravidade dos seus pecados, tinha sido advertido pelo seu confessor a expurgá-los a partir do Sinal da Cruz, ajoelhando-se e rezando um padre-nosso sempre que num caminho encontrasse uma cruz. O ladrão assim fez e um dia, estando ele ajoelhado num caminho em frente a uma cruz, foi assassinado. No entanto, por virtude do gesto de penitência e devoção que estava a realizar foi directamente para o Paraíso (Lopes I. , 2015, p. 115).

A tese de que todas as faltas veniais se expiavam pelo fogo no Purgatório tinha sido progressivamente apoiada pela doutrina oficial da Igreja, sobretudo a partir da Baixa Idade Média (Mattoso, 2013: 202). Contudo, as crenças tradicionais acerca do mundo dos mortos, surgidas no fim da Antiguidade, continuaram nos meios populares, sobretudo rurais. Nomeadamente, a crença de que as almas dos defuntos transitavam por várias etapas antes de atingir o seu destino final. Acreditava-se que as almas em trânsito faziam ainda parte do mundo dos vivos, onde expiavam as suas faltas e podiam intervir. As almas inquietas, que resultavam de mortes violentas e prematuras sem beneficiar dos rituais com que se devia acompanhar a sua passagem para o mundo dos mortos, para nele entrarem pacificamente, eram consideradas muito perigosas por poderem provocar desastres, como a destruição das colheitas, e perturbações de toda a ordem (Mattoso, 2013: 223). Com a doutrina do Purgatório, as almas em trânsito foram designadas por almas penadas e identificadas com as almas que aí purgavam (Mattoso, 2013: 207).

Após o Concílio de Trento, a doutrina oficial da Igreja acerca da morte teve uma grande divulgação junto das populações. O culto e a devoção às almas do purgatório, que tiveram uma grande incidência nas regiões mais a Norte de Portugal (Lopes, 2016), foram uma consequência dessa divulgação. A vasta Arquidiocese Bracarense foi um palco privilegiado da implantação deste culto, irradiado a partir da sua Sé sob o impulso dos seus arcebispos. A partir do século XVIII, sobretudo, houve um grande movimento de cons-

tituição de confrarias em Braga, também designadas fábricas, dedicadas à Boa Morte e às Almas do Purgatório, sediadas em igrejas paroquias, capelas e conventos (Araújo, 2019). Estas confrarias tinham por principal missão acompanhar os preparativos religiosos do cerimonial fúnebre dos confrades (Rodrigues, 2010: 67). Por outro lado, encomendavam missas e orações em sufrágio das almas dos confrades em sofrimento no Purgatório.

Cada confraria era devota de um santo ao qual se atribuía o poder de resgatar e salvar as almas que penavam no Purgatório. Os santos protetores, que intercediam junto de Deus a favor das almas, mais populares foram, entre outros, São Miguel Arcanjo, Santa Ana, Santo António (Araújo, 2019: 158) e, sobretudo, a Virgem sob várias invocações (Rodrigues, 2010: 67). Fazia parte dos estatutos de muitas confrarias celebrar uma festa anual em honra dos santos das suas devoções (Araújo, 2019: 158).

A ação das confrarias resultou também na edificação de altares e retábulos, em igrejas e capelas, dedicados às almas do Purgatório e aos seus santos protetores. Os cruzeiros viários enquadram-se na mesma ação doutrinária, principalmente nos meios rurais onde grande parte da população não tinha qualquer instrução, funcionando como iconografia didática. Foram colocados sobretudo nas encruzilhadas dos caminhos que, de acordo com as crenças populares, eram lugares muito frequentados pelas almas penadas (Mattoso, 2013: 25).

O cruzeiro do Senhor da Boa Hora reflete assim o quadro mental assimilado pelas populações desta região no século XVIII. O nicho mais baixo representa as almas que purgam sob a ação das labaredas e pedem orações por elas de maneira a pôr fim aos seus sofrimentos. Sobrepõe-se-lhe o nicho de Nossa Senhora das Dores, que advoga junto de Cristo, que encabeça o cruzeiro, a libertação das almas. O viajante que aqui chegava rezava a Nossa Senhora das Dores a favor das almas, esperando que N. Sra. e estas, depois de salvas, o ajudassem na sua difícil caminhada através da Serra do Marão ou, caso a sua *Hora* chegasse, lhe desse uma boa morte, ajudando-o na sua passagem para o Além. Desta forma o viajante sentir-se-ia mais confortado face ao medo e à insegurança potenciados pelos perigos do caminho (Lopes, 2016: 296). Observa-se também que este cruzeiro, em que o Senhor da Boa Morte é invocado, ficou conhecido junto da comunidade local como Senhor da Boa Hora.

No seu livro *Os cruzeiros da diocese de Vila Real*, o padre João Parente

identifica oito cruzeiros na freguesia da Campeã, todos com cronologia compreendida entre os séculos XVIII e XIX, dos quais o mais antigo situa-se em Aveçãozinho, datado de 1721 (Parente, 2004).

O culto das almas do Purgatório materializou-se sobretudo através de pequenos oratórios ou nichos encimados por uma pequena cruz, conhecidos como Alminhas, espalhados em volta das povoações, nos caminhos, pontes, fontes e fontanário. A sua proliferação ocorreu sobretudo no século XIX (Rodrigues, 2010: 129), quando o culto das almas do Purgatório e dos santos intercessores foi plenamente assimilado na cultura popular rural. Este culto integrou as crenças e tradições locais, de origem ancestral, com novos rituais em torno das Alminhas e Cruzeiros que serviam de intermediários com o divino das angústias diárias das populações, motivadas pela rudeza das suas vidas, pela aspereza do clima e pela incerteza das colheitas, entre muitas outras.

6. Conclusão

Há pouco menos de 900 anos D. Afonso Henriques atribuiu carta de couto à Albergaria do Marão a favor da Diocese de Braga. Com este couto criaram-se as condições para a ocupação e exploração dos importantes solos aráveis da Veiga da Campeã e consequente fixação das populações nesta região. A Albergaria do Marão foi uma importante instituição religiosa de apoio aos viajantes que congregou em seu torno populações originárias do antigo *mons Campelana*, formando a comunidade paroquial da Campeã, origem da atual freguesia.

A marca mais importante que o antigo caminho do Marão deixou na paisagem da Campeã consiste num notável conjunto patrimonial viário formado por um Arco Memorial e um cruzeiro do século XVIII, situados nas extremidades de um imponente troço lajeado com cerca de 200 m. É um património com profundo valor histórico, religioso e antropológico, que é representativo da memória coletiva das populações da freguesia da Campeã e de toda a região do Marão.

Um dos princípios orientadores da Carta Patrimonial de Cracóvia refere que “Cada comunidade, tendo em conta a sua memória coletiva e consciente do seu passado, é responsável, quer pela identificação, quer pela gestão do seu património” (ICOMOS, 2000: 1). De acordo com este princípio, a preservação, valorização e transmissão desta memória é uma obrigação cívica de todos nós, com especial responsabilidade para a administração local,

que tem um importante papel no reconhecimento do património e no seu consequente aproveitamento a favor da educação e da cultura de modo a tornar algum desse património vivo e útil.

Não é compreensível que o Arco Memorial da Campeã continue ignorado pelas entidades oficiais competentes e seja o único da sua tipologia que não tenha qualquer tipo de proteção patrimonial. O seu bom estado de conservação, em contexto original, e a sua autenticidade fazem dele um exemplar privilegiado no país e único na região transmontana.

Em julho de 2020, a Junta de Freguesia da Campeã solicitou junto da autarquia vila-realense a classificação patrimonial do conjunto arquitetónico viário, constituído pela calçada, Arco Memorial e Cruzeiro do Senhor da Boa Hora. A classificação deste conjunto como património cultural imóvel, de acordo com o Decreto-Lei n.º 309/2009, é de grande importância para a sua preservação e para a interrupção da sua degradação contínua em razão das obras e ações incautas executadas nos últimos anos, nomeadamente o desvio do leito do Ribeiro dos Azibais para o meio da calçada e os danos provocados pelas obras de saneamento do Vale do Rio Sordo. Adicione-se a tudo isto a apropriação indevida do património religioso popular que, desde meados do século passado, tem reduzido substancialmente o número de Cruzeiros e Alminhas existentes na região.

Foi assim dado um primeiro passo no sentido da classificação patrimonial e consequente preservação e valorização. Espera-se que esta pretensão da comunidade local seja atendida de maneira a dar cumprimento a uma das recomendações sobre a gestão do património cultural da já citada Carta Patrimonial de Cracóvia: “A conservação do património cultural deve constituir uma parte integrante dos processos de planeamento económico e gestão das comunidades, pois pode contribuir para o desenvolvimento sustentável, qualitativo, económico e social dessas comunidades” (ICOMOS, 2000: 4).

*

Agradecimentos

Este trabalho não seria possível sem os preciosos contributos do Dr. Pedro Pereira e do Dr. Vítor Nogueira, a quem eu agradeço a elaboração do desenho do arco e dos mapas incluídos neste trabalho. Agradeço-lhes também, assim como ao Dr. Andrea Mariani e à Dra. Inês Lopes, as muitas trocas

de opiniões e as sugestões que me fizeram. Por fim, agradeço à plataforma eletrónica Repensando a Idade Média (<https://www.facebook.com/RepensandoMedievo/>) a cedência das fotografias dos seis memoriais oficialmente conhecidos em Portugal.

*

Bibliografia

Fontes Documentais

- CCSP – *Censual do cabido da Sé do Porto: códice membranáceo existente na Biblioteca do Porto*. (1924) Porto. Imprensa portuguesa.
- LF – *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesial*. Avelino Jesus da Costa (1965-1990). Braga. Junta Distrital de Braga.
- DR – *Documentos Medievais Portugueses: Documentos Régios*. Rui Pinto de Azevedo (Ed.) (1958). Lisboa. Academia Portuguesa de História.
- PMH DC – *Diplomata et Chartae (1856-1973)*. Lisboa. Academia das Ciências.
- PMH Inq – *Portugaliae Monumenta Historica – Inquisitiones (1856-1973)*. Lisboa. Academia das Ciências.

Estudos

- Aires, J. R. (2007). *História das Freguesias do Concelho de Vila Real*. Vila Real: Maronesa.
- Almeida, C. A. (1968). *Vias Medievais de Entre Douro e Minho*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Almeida, C. A. (1973). Os Caminhos e a Assistência no Norte de Portugal. Em *A pobreza e a assistência aos pobres na Península Ibérica durante a Idade Média. Actas das I Jornadas Luso-espanholas de História Medieval*. Tomo I. Lisboa: Instituto de Alta Cultura – Centro de Estudos Históricos.
- Almeida, C. A. (1978). *Castelologia Medieval de Entre-Douro-e-Minho. Desde as Origens a 1220*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Almeida, C. A. (2001). *História da Arte em Portugal – O Românico*. Lisboa: Presença.
- Amaral, L. C. (2007). *Formação e desenvolvimento do domínio da diocese de Braga no período da Reconquista (século IX-1137)*. Porto: Dissertação de doutoramento em História apresentada à FLUP.
- Amaral, L. C. (2017). *Um poder entre poderes: nos 900 anos da restauração da Diocese do*

- Porto e da construção do Cabido Portucalense*. Porto: Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR) da Universidade Católica Portuguesa.
- Andrade, A. A., Fontes, J. L., Silva, G. M., & Barcelos, H. A. (2005-2008). *REGNUM REGIS – As inquirições do reinado de Afonso II (1211-1223)* [base de dados online]. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, FCSH/NOVA. Obtido de <https://jlimaiem.fcsh.unl.pt/Unidadeespaciais>
- Araújo, M. M. (2019). As festas das almas: o aniversário nas confrarias das almas do purgatório de Braga, na Idade Moderna. *Studia Historica: Historia Moderna*, 41(2), pp. 155-187. doi:10.14201/shhmo2019412155187
- Arthur, P. (2004). From Vicus to Village: Italian Landscapes, AD 400-1000. Em N. Christie, *Landscapes of Change: Rural Evolutions in Late Antiquity* (pp. 103-133). Londres: Routledge. doi:10.4324/9781315250915
- Balsa, C. (2018). Via do Marão - Contributos para a identificação do antigo caminho do Marão. *Oppidum*(10), pp. 39-61.
- Barroca, M. J. (1991). Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII). *Portugália*, Nova Série, XI-XII, p. 101.
- Barroca, M. J. (2004). Fortificações e povoamento no Norte de Portugal (séc. IX a XI). *Portugália*, 25, pp. 181-204. Obtido de <http://hdl.handle.net/10400.26/24241>
- Barros, J. (2019). *Geografia D'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes*, estudo e transcrição por Joana Lencart. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- Capela, J. V., Matos, H., & Borralheiro, R. (2006). *As freguesias do Distrito de Vila Real nas memórias paroquiais de 1758: memórias, história e património*. Braga: José Viriato Capela.
- Colmenero, A. R. (2004). *Miliarios e outras inscrições viarias romanas do noroeste hispânico (conventos bracarense, lucense e asturicense)*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega.
- Conceição, R. F. (2020). *A rede viária do Entre-Douro-e-Tâmega, Bragança e seus termos, nos meados do século XIII*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Cortez, F. R. (1947). *Panóias Cividade dos Lapiteas*. Porto: Instituto do Vinho do Porto.
- Costa, A. J. (1959). *O Bispo D. Pedro e a Organização Territorial da Diocese de Braga* (Vol. I). Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Costa, J. L. (2017). Os Arcos Memoriais Medievais: Lendas, Mistérios e Funções. *JN História*, pp. 44-50.
- Costa, M. M. F. (1959). *A Veiga da Campeã – Ensaio de Estudo Monográfico*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Dias, L. T. (1997). *Tongobriga*. Lisboa: IPPAR.
- Ervedosa, C. (1991). *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Real*. Vila Real: UTAD.
- Fernandes, A. (1997). *Paróquias Suevas e Dioceses Visigóticas*. Arouca: Câmara Municipal de Arouca.
- Freire, A. B. (1909). *Povoação de Trás os Montes no seculo XVI*. *Archivo Historico Portuguez*, VII (7).

- ICOMOS, I. C. (2000). *Carta de Cracóvia: Princípios para a Conservação e o Restauro do Património construído*. Cracóvia. Obtido de: <http://www.patrimoniocultural.pt>
- Le Goff, J. (1993). *O Nascimento do Purgatório*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Lima, A. M. (2013). Fortificações e vias de comunicação no curso terminal do Douro (Séculos IX-XI). *Fortificações e Território na Península Ibérica e no Magreb (Séculos VI a XVI)* (pp. 183-198). Edições Colibri/Campo Arqueológico de Mértola.
- Lima, A., & Teixeira, R. (2010). Reflexões em torno do povoamento e organização dos territórios medievais no curso médio e terminal do Douro. *Actas Colóquio Internacional "Património Cultura y Território en el Valle del Duero"* (pp. 137-153). Zamora: Junta de Castilla e y León .
- Lopes, A. B. (1998). A Serra do Marão; património arqueológico da sua reserva florestal. Em *Congresso Histórico de Amarante 1998 – Património, Arte e Arqueologia*. Vol. III (pp. 285-302). Amarante: Câmara Municipal de Amarante.
- Lopes, M. I. A. (2015). *Por minha alma. Raízes históricas do culto das almas do Purgatório em Portugal (séculos XVII e XVIII)*. Tese de Doutoramento. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Lopes, M. I. A. (2016). As pessoas, o tempo longo e as imagens: a devoção e culto das almas do Purgatório em Portugal. *Brathair*, 16 (1), pp. 219-241.
- Lopes, M. I. A. (2016). O culto das almas do Purgatório em Portugal. Perspectiva antropológica. *Genius Loci. Lugares e Significados*. Porto.
- Mariani, A. (2020). *Le strutture fortificate medievali nel territorio della Diocesi di Porto (Nord del Portogallo) e della Brianza (Nord Italia): uno studio comparativo (IX-XII secolo)*. Porto: Tese de Doutoramento da FLUP.
- Marques, A. E. (2008). *O casal: uma unidade de organização social do espaço no Entre-Douro-e-Lima (906-1200)*. Corunha: Toxosoutos.
- Marques, J. (2002). Relações entre as dioceses do Porto e de Braga, na Idade Média. Alguns aspetos. Em C. Brandão, *I Congresso sobre a Diocese do Porto. Tempos e Lugares de Memória* (Vol. I, pp. 21-56). Porto/Arouca.
- Marques, J. (2013). A Assistência no Norte de Portugal nos Finais da Idade Média. *Revista da Faculdade de Letras*.
- Mattoso, J. (1997). 1096-1325. Em J. Mattoso, *História de Portugal – Volume 2: A Monarquia Feudal*. Estampa.
- Mattoso, J. (1997). Portugal no Reino Asturiano-Leonês. Em J. Mattoso, *História de Portugal - Vol. I Antes de Portugal*. Estampa.
- Mattoso, J. (2013). *Poderes Invisíveis – O Imaginário Medieval*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Maurício, M. F. (1997). *Entre Douro e Tâmega e as Inquirições Afonsinas e Dionisinas*. Lisboa: Colibri.
- Moreira, D. A. (1973). *Freguesias da Diocese do Porto – Elementos onomásticos alti-medievais*. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- Oliveira, M. (1950). *As paróquias rurais portuguesas: sua origem e formação*. Lisboa: União Gráfica.

- Parente, J. (2003). *O Castro de S. Bento (Concelho de Vila Real) e o seu Ambiente Arqueológico*. Vila Real.
- Parente, J. (2004). *Os cruzeiros da Diocese de Vila Real*. Vila Real: Edição de Autor.
- Parente, J. (2013). *Idade Média no Distrito de Vila Real – Tomo I: Documentação desde o ano 569 ao ano 1278*. Vila Real: Âncora.
- Parente, J. (2014). *Idade Média no Distrito de Vila Real. Tomo II – Documentos desde o ano 1280 ao ano 1347*. Lisboa: Âncora.
- Pereira, P. (2011). *Arte Portuguesa – História Essencial*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Rebello, J. (1617). *Historia dos milagres do Rosario da Virgem Nossa Senhora*. Lisboa: Pedro Crasbeeck.
- Rodrigues, O. M. (2010). *As alminhas em Portugal e a devolução da memória – Estudo, recuperação e conservação*. Lisboa: Dissertação de Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro - Universidade de Lisboa.
- Sampaio, A. (1979). *Estudos Históricos e Económicos "As vilas do norte de Portugal"*. Lisboa: Vega.
- Silva, A. C. (2007). *A cultura castreja do norte de Portugal*. Paços de Ferreira: Câmara Municipal de Paços de Ferreira.
- Silva, A. M. (1987). O Memorial de Santo António (Sta. Eulália, Arouca) e os "Marmoirais" Medievais: Revisão da Sua Problemática e Propostas para uma Análise Globalizante. Em *Actas das I Jornadas de História e Arqueologia do Concelho de Arouca*. Arouca: Câmara Municipal de Arouca.
- Silva, L. M. (2017). *Arquitetura das estruturas de assistência no Norte de Portugal (século XII a XVI)*. Porto: Mestrado em Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Sousa, F. & Gonçalves, S. (1987). *Memórias de Vila Real (Vol. I)*. Vila Real.
- Sousa, J. A. (2016). *In finibus Gallecie A Reconquista no actual território português - O contexto de um processo dinâmico, 868-1064*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Obtido de <http://hdl.handle.net/10451/26349>
- Vasconcelos, J. L. (1937). Etimologias. (R. d. Nogueira, Ed.) *A língua Portuguesa*, V (V), pp. 153-155.
- Vitorino, P. (1942). *Os Marmoirais*. Porto: Domingos Barreira.

Povoamento e vias de comunicação ao longo da História,
volume 1,
com arranjo gráfico de Vítor Nogueira
e coordenação editorial de Carlos Balsa e Vítor Nogueira,
foi impresso em Setembro de 2021,
numa tiragem de 300 exemplares.

DEPÓSITO LEGAL: 486738/21



Biblioteca Municipal de Vila Real
Rua Madame Brouillard
5000-573 Vila Real
Telefone 259 303 080
biblioteca@cm-vilareal.pt
www.biblioteca.cm-vilareal.pt



BIBLIOTECA SECCÃO de
MUNICIPAL HISTÓRIA e
de VILA REAL PATRIMÓNIO

